

**ESTATUTO CONSOLIDADO DA LIGA FEMININA DE COMBATE AO
CÂNCER DE CAMPO BOM**

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Finalidade e Duração

Artigo 1º - A Liga Feminina de Combate ao Câncer de Campo Bom, abreviadamente Liga, fundada em 02 de janeiro de dois mil e dois, em Campo Bom, onde tem sede e foro, é uma Associação Civil, sem fins lucrativos, apartidária, apolítica, de caráter beneficente de assistência Social e de promoção da saúde, de duração indeterminada, que se regerá segundo as disposições constantes no presente Estatuto.

Artigo 2º - A Liga Feminina de Combate ao Câncer de Campo Bom, foi fundada a partir da cisão, votada em assembleia da Liga Feminina de Combate ao Câncer no Rio Grande do Sul, da qual fazia parte como Núcleo, desde vinte e um de outubro de mil novecentos e oitenta e seis.

Artigo 3º A Liga tem por finalidade:

- a) – assistir ao doente carente portador de câncer;
- b) – informar e conscientizar a população, visando a prevenção do câncer;

Parágrafo Único - A Liga cumprirá seus objetivos promovendo, de forma gratuita, a assistência social beneficente aos pacientes residentes no município de Campo Bom, de acordo com critérios internos, que comprovem a necessidade do atendimento.

CAPÍTULO II

Do Quadro Social

Artigo 4º - O quadro social constitui-se de sócias fundadoras, signatárias da Ata de Constituição da Liga e sócias efetivas que admitidas como tais mediante o preenchimento de formulário próprio, exercerem atividades continuadas junto à Liga.

Artigo 5º - São direitos das sócias quites com suas obrigações sociais;

- a) – votar e ser votada para os cargos eletivos;
- b) – tomar parte e deliberar nas Assembleias Gerais Locais e Reuniões Estaduais.

Artigo 6º - São deveres das sócias:

- a) – cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- b) – acatar e cumprir as determinações assembleares do Conselho Deliberativo e Diretoria.

Artigo 7º - A sócia efetiva deixará de fazer parte da entidade, por seu afastamento voluntário ou por exclusão, por ato conjunto do Conselho Deliberativo e da Diretoria.

Artigo 8º - A Liga não remunera nem concede vantagens e benefícios por qualquer título às sócias, membros de sua Diretoria, Conselho Deliberativo e benfeitores ou equivalentes, em razão das competências ou funções que lhes são atribuídas por este Estatuto.

Artigo 9º -As sócias fundadoras e efetivas não respondem subsidiariamente pelas obrigações da Liga, e, reciprocamente, a Liga não se responsabiliza pelos compromissos dos membros associados.

CAPÍTULO III **Da Administração**

Seção I – Disposições Iniciais:

Artigo 10º - São órgãos da administração da liga:

- a) – Assembléia Geral Local;
- b) – Conselho Deliberativo;
- c) – Conselho Fiscal;
- d) – Diretoria.

Seção II- Da Assembléia Geral

Artigo 11º - A Assembléia Geral Local, órgão soberano da Liga, será composta por todas as sócias fundadoras e efetivas, em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Artigo 12º – A Assembléia Geral Local reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, no mês de abril, para apreciação do balanço anual e dos relatórios Anuais da Diretoria ou a qualquer tempo, extraordinariamente, mediante convocação da maioria do Conselho Deliberativo e/ou da Diretoria.

Parágrafo 1º - A convocação de assembléia Geral Local se dará através de convite individual, enviado com antecedência de 15 dias.

Parágrafo 2º - Presidirá as reuniões da assembléia Geral a Presidente do Conselho Deliberativo e, no seu impedimento a Presidente da Diretoria.

Parágrafo 3º - A Assembléia Geral funcionará validamente com a presença de pelo menos dois terços das sócias em primeira convocação e, meia hora depois, com qualquer número, deliberando sempre pela maioria simples das presentes, ressalvados os casos tipificados neste estatuto.

Artigo 13º - Constituem atribuições da assembléia Geral Local:

- a) – aprovar o Estatuto e suas alterações, por proposta do Conselho Deliberativo e/ou Diretoria;
- b) – apreciar, com prévio parecer do Conselho Deliberativo, o Balanço Anual referente ao exercício anterior, bem como Relatório Anual da Diretoria;
- c) – deliberar sobre a extinção da Liga, por proposta do Conselho Deliberativo e/ou Diretoria;
- d) – decidir sobre outros assuntos que o Conselho Deliberativo ou a Diretoria da Liga submeterem a sua apreciação;
- e) – eleger os membros do conselho Deliberativo;

- f) – aprovar o Regimento Interno e suas alterações.

Seção III – do Conselho Deliberativo

Artigo 14º - O Conselho Deliberativo é o órgão de consulta e Deliberação, ressalvada a competência maior da assembléia Geral Local, composto de 11 (onze) membros efetivos e 4 (quatro) suplentes, dentre as sócias fundadoras e efetivas, com mandato de 2 (dois) anos, eleitas em Assembléia Geral convocada para esta finalidade, sendo assim constituído:

- a) uma Presidente;
- b) uma Vice-Presidente;
- c) uma Secretária
- d) demais conselheiras.

Artigo 15º - O Conselho Deliberativo, quando de sua eleição, preencherá os cargos vagos, que tomarão posse junto com a Diretoria.

Parágrafo Único – A Presidente do Conselho poderá ser reeleita para o mesmo cargo, no máximo duas vezes consecutivas.

Artigo 16º - Compete ao conselho Deliberativo:

- a) – cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e o Regimento Interno;
- b) – convocar por sua Presidente, Assembléias Gerais Locais;
- c) - convocar , por sua Presidente, suas próprias reuniões, cabendo àquela, se necessário, o voto de desempate;
- d) – pronunciar-se previamente sobre as matérias que devam ser submetidas à Assembléia Geral Local.

Parágrafo Único – A Vice-Presidente compete substituir a Presidente nas ausências e/ou impedimentos.

Artigo 17º - O Conselho Deliberativo deverá aprovar despesas de valor superior a vinte salários mínimos.

Artigo 18º - O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente a cada semestre e/ou extraordinariamente a qualquer tempo, mediante convocação de sua Presidente.

Seção IV – Do Conselho Fiscal

Artigo 19º - O Conselho Fiscal compor-se-á de três membros efetivos associados ou não, e eleitos em Assembléia, com a competência de fiscalizar a gestão financeira da entidade.

Artigo 20º - Os membros do Conselho Fiscal exercerão os seus cargos por dois anos e poderão ser reeleitos para o mesmo cargo, no máximo uma vez, reunindo-se ordinariamente, uma vez ao ano, para apreciação do balanço patrimonial do exercício fiscal anterior, demonstrativos e contas, ou extraordinariamente quando se fizer necessário.

Artigo 21º - O Conselho Fiscal, tem as demais atribuições e poderes que são conferidos pela lei 6.404/76, artigo nº 163.

Artigo 22º - Os membros do Conselho Fiscal, associados ou não, desempenharão as suas funções e atribuições, sem remuneração, ou seja como voluntários.

Seção V – Da Diretoria

Artigo 23º - A Diretoria é o órgão de execução da Liga, composta por 7 (sete) membros deliberando na área de sua competência, assim constituída:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) 1ª e 2ª Secretárias
- d) 1ª e 2ª Tesoureiras
- e) Diretora Social

→ **Parágrafo 1º** - Os membros da Diretoria terão mandato de dois anos, sendo a Presidente eleita pelo Conselho Deliberativo e os demais componentes pela Presidente, com a aprovação do Conselho Deliberativo, dentre as sócias fundadoras e efetivas.

Parágrafo 2º - A Presidente da Diretoria poderá ser reeleita, para o mesmo cargo, no máximo uma vez.

Artigo 24º - A representação judicial ou extrajudicial da Liga caberá à Presidente da Diretoria que, nos seus impedimentos ou nos casos de vacância, será substituída pela Vice-Presidente.

Artigo 25º - Compete à Diretoria, por sua Presidente:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e o Regimento Interno;
- b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, dando o voto de desempate quando for o caso;
- c) convocar Assembleias Gerais Locais;
- d) representar a Liga judicial e extrajudicialmente;
- e) autorizar a celebração de convênios, contratos, ajustes e distratos de qualquer natureza;
- f) autorizar as despesas da Liga até o limite no artigo 17º;
- g) submeter ao Conselho Deliberativo assuntos que devam ser levados à Assembleia Geral Local;
- h) submeter à aprovação da Assembleia Geral Local o balancete do exercício anterior e o Relatório Anual da Diretoria, com prévio parecer do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal;
- i) desenvolver assuntos de rotina administrativa;
- j) assinar e/ou endossar, juntamente com a primeira Tesoureira, cheques sacados contra as contas bancárias e todos os atos que onerem o patrimônio da Liga;
- k) escolher as diversas coordenadoras dos diversos departamentos existentes, cabendo-lhe inclusive, a criação de novos, consoante a necessidade ;

Artigo 26º - à Vice-Presidente compete substituir a Presidente nas suas ausências e/ou impedimentos, bem como colaborar nos trabalhos da Diretoria, onde e quando for preciso e, no seu impedimento assumirá a 1ª Secretária.

Artigo 27º - A 1ª Secretária exercerá as funções próprias de seu cargo e manterá em ordem os arquivos e registros da Entidade, sendo auxiliada pela 2ª Secretária, que a substituirá no seu impedimento.

Artigo 28º - A 1ª Tesoureira terá como atribuições:

- a) Conservar e administrar os bens, as finanças e os valores da entidade, conjuntamente com a Presidente;
- b) receber pagamentos, subsídios, donativos de qualquer natureza e subvenções destinadas à Entidade, passando o respectivo recibo;
- c) supervisionar a contabilidade;
- d) autorizar com o visto da Presidente, pagamentos de rotina e investimentos;
- e) apresentar mensalmente à Diretoria o balancete financeiro da Entidade e, anualmente, o balanço Geral;
- f) assinar, juntamente com a Presidente da Diretoria, cheques sacados pela Liga contra suas contas bancárias;
- g) endossar juntamente com a Presidente da Diretoria, cheques e ordens de pagamentos para fins de depósitos bancário, nas contas correntes da Liga, verificar extratos e contas correntes e requerer talões de cheques.

Parágrafo Único – A 1ª Tesoureira será substituída, em seus impedimentos, pela 2ª Tesoureira.

Artigo 29º - A Diretora Social compete organizar promoções sociais e culturais, visando a arrecadação de fundos.

CAPÍTULO IV **Do Patrimônio**

Artigo 30º - O patrimônio da Liga é constituído de bens móveis, Imóveis e direitos que, a qualquer título, vierem a ser adquiridos.

Artigo 31º - Os recursos de manutenção da Liga, são os seguintes:

- a) convênios, auxílios e doações privadas e dos poderes públicos;
- b) renda de promoções;
- c) legados;
- d) quaisquer doações;
- e) contribuições das sócias.

Parágrafo 1º - As doações, legados e auxílios governamentais, bem como recursos provenientes de contratos e convênios, destinados a fim específico, somente poderão ser aplicados nas finalidades a que estejam vinculados.

Parágrafo 2º - A Liga não distribui lucros, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, q qualquer título ou pretexto, aplicando integralmente suas rendas, bens e resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais no território nacional.

CAPÍTULO V **Da Reforma do Estatuto**

Artigo 32º - O presente Estatuto poderá ser reformado mediante proposta do Conselho Deliberativo e/ou Diretoria, aprovada em Assembléia Geral Local, para tanto convocada pelo voto favorável de no mínimo dois terços das associadas.

CAPÍTULO VI

Da Extinção

Artigo 33º - A extinção da Liga, somente poderá ser deliberada, em Assembléia Geral Local, pelo voto favorável de no mínimo dois terços das associadas presentes, mediante proposta do Conselho Deliberativo e/ou Diretoria.

Artigo 34º - Em caso de dissolução ou extinção da Liga, o patrimônio remanescente, após serem salgadas as respectivas dívidas e obrigações, será destinado a uma entidade congênere devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 35º - Os cargos de composição da Assembléia Geral Local, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria e demais departamentos, não são remunerados sob qualquer forma, tendo em vista a natureza filantrópica da Liga Feminina de Combate ao Câncer.

Artigo 36º - Os recursos apurados pela Liga serão aplicados na sua manutenção, na aquisição patrimonial ou na concessão de benefícios à entidades prestadoras de serviços na área oncológica, sendo vedada a remessa de quaisquer contribuições ou outros recursos da Liga para o exterior.

Artigo 37º - A Assembléia Geral de aprovação, elegerá e empossará os membros da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal. Todos exercerão seus mandatos até dezembro de dois mil e três.

Artigo 38º - A Diretoria fará publicar anualmente, em jornal de grande circulação, o demonstrativo da receita e despesa.

Artigo 39º - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral Local.

Campo Bom, dezenove de novembro de dois mil e um.